



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/215458>

DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v1i85p135-149

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2023 by USP/Instituto de Estudos Brasileiros. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

O pesadelo da exaustão formativa: dois poemas de Ricardo Domeneck

[*The nightmare of the formative exhaustion: two poems by Ricardo Domeneck*]

João Gabriel Mostazo Lopes¹

RESUMO • O artigo parte de uma reflexão sobre os impasses políticos do Brasil das duas primeiras décadas do século XXI para se perguntar sobre como a poesia reflete a exaustão do processo formativo brasileiro e os impasses da consolidação do capitalismo neoliberal como forma de vida hegemônica. A análise tem como pano de fundo aquilo que, na pesquisa em curso, estamos caracterizando como dificuldade, conceito que nomeia o esvaziamento histórico da ideia de resistência. Para isso, são analisados dois poemas de Ricardo Domeneck. • **PALAVRAS-CHAVE** • Ricardo Domeneck; formação; pesadelo.

• **ABSTRACT** • The article begins with a reflection on the political impasses in Brazil during the first two decades of the 21st century, to then ask how poetry reflects the exhaustion of the Brazilian formative process and the impasses of the consolidation of neoliberal capitalism as a hegemonic way of life. This analysis has as a background what, in the ongoing research, we are characterizing as difficulty, a concept that names the historical emptying of the idea of resistance. For this, we analyze two poems by the Brazilian poet Ricardo Domeneck. • **KEYWORDS** • Ricardo Domeneck; formation; nightmare.

Recebido em 5 de junho de 2023

Aprovado em 7 de agosto de 2023

LOPES, João Gabriel Mostazo. O pesadelo da exaustão formativa: dois poemas de Ricardo Domeneck. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 85, p. 135-149, ago. 2023.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v11i85p135-149>

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil).

Já há alguns anos, a transformação das condições do pensamento cultural contemporâneo brasileiro parece dizer respeito à perda de capacidade de sonhar um “país em construção” e à fragmentação do terreno social provocadas pelos últimos estágios do processo de acumulação capitalista, não apenas na periferia do sistema, mas também no chamado mundo desenvolvido². Do mesmo modo, a sensação que sem tem desde há algumas décadas da literatura brasileira como deficitária em unidade, a reclamação da crítica quanto à falta de movimentos literários e a inconsistência de projeto dos poetas e, no geral, o diagnóstico de que a poesia contemporânea deixaria a desejar, por sua desarticulação, em relação aos momentos decisivos do passado (SISCAR, 2010) – tudo isso talvez reflita, na verdade, formas sociais em si mesmas desagregadas, desarticuladas e inconsistentes, formas essas distintas daquelas dos anos 1920 a 1970, durante o grande ciclo da poesia modernista, o qual, não por acaso, acompanha o apogeu e o declínio do desenvolvimentismo como ideia orientadora das aspirações de integração das nações periféricas, período que coincide, de maneira aproximada, com a “revolução passiva” dos “quinhentos anos em cinquenta” com que Francisco de Oliveira (2018, p. 40-78) descreveu o ciclo que vai de 1930 a 1980, marcado pela aceleração vertiginosa do desenvolvimento do capitalismo brasileiro disparada inicialmente pelo varguismo, continuada por Juscelino e intensificada pela ditadura.

O fenômeno, que pode ser caracterizado como fim do processo de formação nacional, se articulava nesses termos já desde os anos 1990, quando foi sismografado por Paulo Eduardo Arantes e recentemente bem parafraseado por Felipe Catalani (2021), a respeito da publicação de *Formação e desconstrução*, compilação de ensaios escritos por Arantes (2021) entre 1989 e 1995:

2 A esse processo a tradição crítica brasileira deu o nome de periferização, a qual, como mostra Thiago Canetti (2020), é produto da autocontradição do processo de acumulação do capital no neoliberalismo, que elimina o trabalho vivo como elemento de coesão social e faz do desemprego a forma normal de se estar em relação ao trabalho, processo ao qual tendem também as sociedades centrais.

O que estava explícito, também em intuições de Roberto Schwarz, era basicamente que a formação nacional estava terminada, ou seja, ao contrário do que dizia o mito da “formação interrompida” ou “inconclusa” (de modo que haveria sempre um fio da meada do processo a ser retomado), constatava-se, na contramão da ilusão progressista da Reconstrução Democrática, que já não havia nenhum processo cumulativo a ser efetivado e que o Brasil havia adentrado em uma nova lógica histórica, na qual o futuro já não desempenha nenhum papel significativo. (CATALANI, 2021).

Como Caux e Catalani (2019) demonstram a respeito da interpretação de Arantes sobre o famoso ensaio de Roberto Schwarz (1973), o papel das “ideias fora do lugar” é central, já que no limite a tomada de consciência do processo formativo no país periférico, descrita por Schwarz, é tão somente a constatação de que a formação terminara sem que nunca nada tenha se formado:

“As ideias fora do lugar” opera ali de certo modo como o ponto de chegada de um processo de formação, uma tomada última de consciência de si mesmo desse processo, que descobre nisso tão somente que ele não saíra do lugar. Se um modo de entender a formação é pela tentativa de superar o dualismo [a vigência de princípios contraditórios no par atraso/modernidade], a formação acaba (sem se completar) quando sabe que é idêntica ao próprio dualismo. (CAUX; CATALANI, 2019, p. 123).

No plano político, esse cenário põe uma profunda crise em jogo – tanto do ponto de vista institucional, quanto no sentido mais amplo – que se intensifica no século XXI. Essa não é, como se acostumou chamar, uma crise de “representatividade” apenas, mas uma manifestação, no âmbito político, do próprio terreno social da sociedade contemporânea. Do ponto de vista institucional, Francisco de Oliveira (2018, p. 77-78) enxergou nesse impasse o fenômeno do “tornar-se irrelevante” da política no século XXI, em decorrência da corrosão social e econômica provocada pelo, na sua expressão, “totalitarismo neoliberal”. Crítico feroz, à esquerda, tanto dos governos FHC quanto dos governos petistas, Oliveira sustentava no início dos anos 2000 que os problemas da sociedade brasileira não haviam sido superados dialeticamente, mas rebaixados a níveis inferiores ou anteriores às contradições que os ensejavam, por políticas de estado realizadas a partir de “medidas provisórias”, única maneira, segundo o sociólogo, de governar em uma situação em que a previsibilidade política e econômica é quase nenhuma. A “negociação”, palavra-chave da política brasileira neste século, implicava assim uma projeção, no nível da política institucional, de um cotidiano social que “havia se transformado [...] numa constante negociação entre a não forma mercantil, que impõe sobrevivências praticamente gângsteres – o narcotráfico, por exemplo, e sua consanguínea violência – e as precárias formas das políticas assistencialistas” (OLIVEIRA, 2018, p. 77). Igualmente, os “ricos, as classes superiores [...] também transitavam numa permanente negociação entre a bandidagem e a forma legal” (OLIVEIRA, 2018, p. 77). Já em 2005, quando Oliveira escrevia essas palavras, negociação nomeava, mais profundamente, a impossibilidade de negociar, de chegar a um “contrato formal”; e conciliação nomeava a impossibilidade de conciliar os polos incongruentes do cotidiano disfórmico do

“ornitorrinco”, para recuperar a imagem que se notabilizou, elaborada pelo sociólogo no ensaio de mesmo nome, publicado em 2003.

Completa o quadro a constatação de que a – na expressão de Alfredo Bosi (2001) – “dialética da colonização”, de que dependiam as sístoles e diástoles do processo formativo brasileiro³, deu lugar, na virada dos anos 2010-2020, a um novo ciclo, conforme busquei demonstrar em artigo recente (LOPES, 2022), no qual o que se tem não é mais o embate e posterior conciliação das forças retrógradas e progressistas que polarizavam os momentos de crise política e social desde a colônia, mas a tentativa de aniquilação dessa própria dinâmica pela nova extrema direita, cuja lógica não é a da política institucional, mas a da política como guerra. A ideia de “resistência” adquire, nesse contexto, contorno conservador, e no limite coincide com a defesa de um lugar na antiga dialética da colonização, por uma esquerda agora aliada aos setores “progressistas” da burguesia contra a ameaça antissistêmica da extrema direita. Algo dessa natureza se vislumbrava no sentido que, em 2011, Antonio Candido emprestava ao termo “resistência” quando famosamente declarou em entrevista que “o socialismo é uma doutrina triunfante”; “triumfante”, aqui, queria dizer algo bem pouco grandioso: significava que a função histórica do socialismo, entendido no sentido mais amplo possível – englobando “comunismo, socialismo democrático, anarquismo, solidarismo, cristianismo social, cooperativismo” –, era impor freio à tendência barbarizante do capitalismo, que “não tem face humana” e, deixado correr solto, tende à exploração sem limite (CANDIDO, 2011). Ficava consumada a identidade entre as instituições do estado democrático de direito e a função histórica da esquerda, agora rebaixada, sem prejuízo ao realismo, à tarefa de resistir para preservar o que houvesse nelas de ilustração e humanismo.

Desse modo e com grandes consequências, nessa quadra histórica os polos se inverteram, e aqueles que antes trabalhavam para transformar a sociedade, desnaturalizando a ordem burguesa, agora trabalham para resistir à inércia destrutiva e, ponto central, transformadora dessa mesma ordem. Schwarz recobra rápida mas decisivamente essa inversão de papéis identificando o ponto de virada já na constatação pós-1964 de que a ditadura não era propriamente conservadora, mas progressista⁴. Não à toa, acrescentaríamos, a ideia de “cultura de resistência”, tal qual pensada por Bosi (2001), foi concebida como hipótese conceitual nos anos 1970, quando a “certeza da esquerda, segundo a qual o partido do movimento era ela própria, ao passo que seu adversário seria *conservador* ou *passadista*, perdia o pé na realidade” (SCHWARZ, 1999, p. 128 – grifos do autor). Assim, se “resistir” passou a ocupar o centro do vocabulário político e cultural brasileiro no seio da luta contra a

3 Alfredo Bosi caracteriza como “dialética da colonização” o embate historicamente repetido no Brasil entre razão econômica retrógrada e impulso progressista de transformação social. Em *Dialética da colonização* (BOSI, 2001) são destacados três momentos-chave desse processo: os embates entre bandeirantes e jesuítas nos séculos XVI e XVII, entre escravismo e abolicionismo no século XIX, e entre as oligarquias do Sudeste e o positivismo republicano gaúcho, na República Velha.

4 Evidentemente, “progressista” aqui não tem o sentido com que se usa o termo hoje para se referir vagamente à centro-esquerda. Progressista, aqui, quer dizer a aceleração da marcha rumo à industrialização, à urbanização e ao desenvolvimento técnico.

ditadura, é mais significativo que isso tenha se dado precisamente no momento em que se tomava consciência de que o progresso técnico não traria a melhoria social que um dia teria prometido.

Contudo, a existência de uma resistência conservadora à esquerda não é, como pode parecer, apenas uma excrescência política, e nem deve ser lida como mera capitulação, sob pena de se perder o pulso do real. Se é verdade que a esquerda governista que voltou ao poder em 2023 só pôde fazê-lo ao se identificar integralmente com o estado democrático de direito, reforçando-se assim como alvo do ressentimento da população espoliada por esse mesmo estado, o fato é que, para dizer diretamente, hoje, mais do que nunca, é o governo quem segura o país contra a desintegração e a entropia social. E a desintegração, por sua vez, não é um dado apenas nacional: desintegrar-se é o modo de pertencer ao atual estágio do capitalismo, que terminou no final do século passado de abolir as fronteiras que ainda permaneciam à margem da sua expansão e agora se dedica, nessa nova fase, ao extrativismo predatório do seu cercadinho global; nas palavras de Schwarz (1999, p. 160), “a desintegração nacional não é uma questão nacional, mas sim uma inviabilidade global das industrializações retardatárias”. O que implica reconhecer que resistir por dentro do estado contra a insurgência da ultradireita, que se apresenta como agente aceleradora desse extrativismo econômico e social, ainda que seja uma tarefa trágica, não é trivial. Daí que, como disse Paulo Arantes (2023a; 2023b) em entrevistas recentes, apoia-se o governo pelo simples fato de ser um governo, o que na atual situação não é pouco.

No âmbito da cultura, os anos 2000 não apenas acirraram os impasses descritos acima, mas produziram a emergência de uma nova literatura, vinda das classes trabalhadoras que ascenderam durante os governos petistas, fenômeno que Alberto Pucheu (2019, p. 133) chamou de “geração Lula”, escrita por jovens poetas nascidos no início dos anos 1990, “moças e rapazes que vêm de famílias pobres, do subúrbio, da periferia, de favelas, que foram e são os primeiros de suas famílias a terem condições de estudar em universidades públicas”. Ao mesmo tempo, o fim do processo formativo brasileiro, na virada do século, e a sua capitulação ao totalitarismo neoliberal – se evitável ou não, atribuível ou não a uma “chance histórica” desperdiçada, é outra discussão – tiveram por efeito também, como já observamos, a produção de novos impasses quanto aos modos e capacidades de resistência política:

A despeito das políticas sociais quantitativamente reforçadas nos governos do PT, estes também teriam contribuído para o avanço da “sociabilidade antipública” – entre outras coisas, desarmando a capacidade de resistência e de luta de uma parcela nada desprezível das classes trabalhadoras – e, nesse sentido, para a desvalorização da política institucional e/ou parlamentar, mas também da política em sentido amplo. (BRAGA; QUERIDO, 2018, p. 18).

Se, de um lado, novos sujeitos entram na cena cultural, renovando-a e arejando

o escopo da representação social na literatura⁵ – processo tornado possível em parte graças aos programas sociais dos governos de esquerda, no que a cultura acompanha os deslocamentos de classe do período –, de outro, a cena na qual esses novos sujeitos entram está atravessada, até certo ponto em razão da natureza desses próprios programas, pelo rebaixamento do horizonte de expectativas da política institucional⁶. Bastará lembrar que, nos atos de 2013, um dos dilemas dizia respeito justamente à participação dos partidos nas manifestações, sinal que foi lido à época como crise de representatividade, mas que indica mais profundamente algo que críticos sociais como Francisco de Oliveira vinham apontando há tempos, a saber, que a própria esfera política havia encontrado o seu limite, e que a mobilização seria a partir de então marcada pelo que, numa leitura mais otimista, se pode chamar de multiplicidade de pautas e, numa mais pessimista, de desorientação.

Ao mesmo tempo, a geração Lula produziu uma renovação poderosa das lutas antirracistas e feministas, que a partir da segunda década do século passaram a pautar ideologicamente o debate político e social, levando ao reacionarismo da direita em relação a essas pautas, na chamada nova guerra cultural. De um lado, não há dúvida de que essas lutas traduzem os conflitos de classe no Brasil, como mostram, por exemplo, os poemas de André Luiz Pinto analisados por Pucheu (2019), nos quais o poeta, nascido em 1975 e, segundo o crítico, autor-ponte entre a geração Lula e a anterior, articula origem de classe e forma social escravocrata, apontando o óbvio muitas vezes ignorado de que, no Brasil, antirracismo é luta de classes e vice-versa: “Prazer, esse sou eu/ filho de doméstica/ numa época em que/ padrões cismavam/ em chamar de filhas/ as mucamas” (PINTO apud PUCHEU, 2019, p. 140). De outro, contudo, a representação institucional dessas lutas encontra repetidamente impasses, limites e interferências, não necessariamente em razão da ineficiência dos movimentos sociais, mas porque, como aponta Oliveira, “o conflito de classes não passa mais pela política partidária” (OLIVEIRA, 2018, p. 159).

A política no século XXI é, como se vê, um cenário de desconcerto. Como uma espécie de inversão dos polos, o lugar que cabia aos conservadores na defesa do estado democrático de direito passa a ser ocupado pelos “progressistas”, e a insurreição antissistêmica é agora desejo e prática da extrema direita; nota-se que algo está como que fora da ordem, ou, mais precisamente, que a ordem é a falta de ordem. Sabe-se que o país, ou antes, que o planeta não vai bem, mas como frear a “locomotiva do progresso”, que, ao que tudo indica, está levando todos em direção ao abismo? A própria ideia de progresso, graças ao aceleração exponencial do desenvolvimento tecnológico, perdeu o lastro de desenvolvimento social que a acompanhava no

5 E da arte de modo geral; seria possível falar em uma “geração Lula” na prosa, no teatro, nas artes visuais etc.

6 Vale dizer, a despeito do muito que se fez e se segue fazendo no sentido de organização e luta, especialmente entre os trabalhadores da cultura. Talvez o teatro, possivelmente em razão da natureza já coletiva da sua produção, tenha sido a arte que mais representou resistência contra essa desmobilização; em São Paulo, por exemplo, os movimentos dos teatros de grupo produziram, na contramão da análise acima apresentada, uma crescente politização e mobilização no início dos anos 2000, sobretudo em torno do movimento Arte Contra a Barbárie, que na primeira década do século teve o êxito de consolidar a Lei Municipal de Fomento ao Teatro, até hoje assediada por opositores e objeto de constante disputa política dentro da categoria.

século passado e confunde-se estranhamente com uma fantasia: novidades como as inteligências artificiais e sua notável capacidade de processamento de informação, ou as promessas de missões tripuladas aos planetas mais próximos, por exemplo, são apresentadas à população pelo grande capital internacional como os sonhos ilimitados da espécie humana, quando são, na realidade, as fantasias prometeicas, ainda que tecnicamente realizáveis, de uma casta de bilionários cuja concentração de renda não sofre abalo apesar das crises globais sucessivas. Steve Jobs talvez tenha sido o inventor da tendência de apresentar os saltos técnicos de um novo produto lançado ao mercado como se fossem uma espécie de sonho pessoal realizado, e como se todos sonhássemos com ele – como se a mente do bilionário sonhasse o sonho de todos os homens. Não à toa Jobs tornou-se, após a sua morte, o modelo do bilionário contemporâneo, imitado por seus pares na estética juvenil, despojada e austera com que se apresentava em público, e saudado como genial, inovador, insubordinado, sonhador.

Ao mesmo tempo, enquanto o capitalismo sonha a exploração interplanetária e a fusão entre o humano e a máquina, a realidade nacional adquire contornos de pesadelo, no desarranjo ecológico e social que se dá, agora, não mais como alerta, mas como evidência. Nesse sentido, creio que um dos poemas mais impressionantes publicados no Brasil nos últimos anos é “Luzia do Brasil”, de Ricardo Domeneck, que saiu em *O morse desse corpo* (2020), o qual imagina precisamente essa situação:

Luzia do Brasil

algo, um resto,
uma sobra,
luzia da terra,
luzia enterrada
essa migalha
se do passado
ou futuro
não
se sabe,
mas segue-se
dando nomes
luminosos
a façanhas
e ossadas
dessa terra,
a brasa
na lama,
a luz
no fundo
da terra,
cava-se
até não
sobrar,

arranca-se
até não
restar,
e eis
que aqui
jaz
luzia, osso
ou caroço,
resíduo
ou semente,
não
se sabe,
será cálcio
ou caule
num sulco
ou túmulo,
mas ainda
luzia, luzia,
a primeira,
a primeira
que restou,
a última
que sobrou,
seus restos
os primeiros,
os últimos
do solo
que se faz
território
a que um dia
dariam outro
nome luzidio,
brasil, e luzia
que certo
não
sonharia
essa noção
de trapos
e bagaço
e lama
e detritos
e pó
que se
chamou
colônia,

império,
república,
estado-
nação,
não,
luzia
não
sonhou
brasil
nenhum,
quiçá
brasil
seja
tão
só
o pesadelo
repetindo-se
no vão
do tempo
dentro
do crânio
de luzia
(DOMENECK, 2020, p. 32-34).

Luzia, como se sabe, é o nome dado ao fóssil humano mais antigo já encontrado na América do Sul, com cerca de 13 mil anos. Escavado em Minas Gerais em 1975, o esqueleto pertenceu a uma mulher de idade entre 20 e 24 anos. O esqueleto de Luzia, de valor inestimável para os estudos das migrações e povoadamentos humanos no continente, quase foi completamente destruído em 2018, quando o incêndio do Museu Nacional do Rio de Janeiro dizimou 200 anos de acervo científico e histórico. Embora o poema de Domeneck não se refira de maneira explícita ao episódio do incêndio, não é de todo improvável que tenha sido motivado por ele, já que, à época, a notícia de que Luzia havia queimado causou considerável indignação no país. Que o esqueleto de Luzia sobreviva a 13 mil anos de erosões e eventos geológicos, mas não passe impune a algumas décadas no Brasil moderno, é talvez a chocante constatação que pode, quem sabe, ter disparado o poema, cujo título “Luzia do Brasil” tem certamente algo de irônico, já que ao longo dos versos pesa mais o que separa Luzia e o Brasil do que o que os une.

O elemento mais significativo dessa separação é a terra, a qual, no tempo de Luzia, era solo habitado, mas que modernamente se converte em território – terra sobre a qual age um estado, “a que um dia dariam outro nome luzidio, brasil”. Nos versos curtos e ágeis com que o poema se faz, como uma cascata de lama e horror, 500 anos de história nacional atravessam de maneira veloz a vista – colônia, império, república, estado-nação –, história que passa ao largo do que poderia há tantos milênios ter sido imaginado por alguém como Luzia. Impossibilidade de imaginação

que, espertamente, de outra parte, o poema contradiz ao final, com a forte imagem do país moderno como pesadelo “repetindo-se no vão do tempo” dentro crânio ancestral.

Tem-se, assim, uma imagem do país como pesadelo, certamente ligada ao repertório de representação dos anos do governo Bolsonaro, marcados, entre outras catástrofes, pelo descaso com a pandemia de covid-19, durante a qual a imagem do corpo enterrado surfou ao primeiro plano da autorrepresentação nacional. Luzia – que, como o poema sugere, não se sabe se representa o passado ou o futuro – liga o tempo ancestral à moderna história de conversão do território de colônia a nação, capturada como que de uma vez, num tempo suspenso, repetido à maneira de um pesadelo no interior do qual o sujeito poético se vê desconcertado, atônito e impotente. Já não há qualquer fantasia formativa possível aqui, e nada aponta para um acúmulo do desenvolvimento moderno como horizonte de integração nacional; que país construir se o que se tem como matéria-prima é este sonho terrível, apenas nominalmente luminoso – “Brasil”, cuja etimologia remete ao mesmo tempo ao extrativismo da vegetação e à luz de uma brasa? Outro nome luminoso, Luzia, “luz no fundo da terra”, é, aqui, apenas a luz desenterrada da constatação da aporia de um país cuja forma final, no tempo, é a do pesadelo para sempre repetido, desde já formado na sua incongruência e terror. Interessa notar ainda como a imagem do Brasil como pesadelo no crânio de Luzia, que, tendo vivido há 13 mil anos, não poderia sonhar com a história do estado brasileiro moderno, implica uma concepção de tempo apocalíptico, já realizado. Nem mito, nem profecia, o pesadelo no crânio de Luzia se parece mais com o juízo final de um país que, ao avançar na história, está paralisado no tempo, e cuja paralisia é o seu avançar na história.

Porém, nem tudo é desespero, ou não apenas. Ágil e revelador, o poema não tem propriamente a forma de um impasse. Embora a sua construção imagética termine na imagem infernal do pesadelo, e a figura que ele faz do tempo seja a de um presente estagnado, repetindo-se no mesmo lugar, sua sintaxe é móvel, sua música é aliterativa e seu léxico é reluzente, encontrando correspondências entre sons e sentidos que provocam iluminações breves, mas sucessivas, no leitor.

Isso se dá em gangorras sonoras – brasa-lama; lama-luz:

[...]
a brasa
na lama,
a luz
no fundo
[...]

... em repetições que não causam náusea, mas efeito de acumulação e progressão, à *la Cabral*:

[...]
até não
sobrar,
arranca-se

até não
restar,
[...]

... em ambiguidades e oscilações produtivas na caracterização do objeto, que subtraem e repõem os dois polos da imagem da terra – túmulo e sulco, morte e nascimento:

[...]
luzia, osso
ou caroço,
resíduo
ou semente,
não
se sabe,
será cálcio
ou caule
num sulco
ou túmulo,
[...]

... na alternativa apenas virtual mas consequente entre os homônimos Luzia-nome próprio e luzia-verbo:

[...]
luzia, luzia,
[...]

... etc.

Talvez porque a constatação do eterno presente carregue consigo, apesar da exasperação diante da falta de alternativa, uma iluminação: saber-se livre da antiga ilusão de que o caminho do desenvolvimento levará a algum lugar é, afinal, algo de consolador, o que dá lastro às iluminações, estas de natureza poética, que o poema produz. De fato, só será possível fazer qualquer coisa uma vez compreendido que a monstruosidade da sociedade brasileira não é fruto do seu atraso, como se pensava no passado, mas da simultaneidade desigual que é a forma atualíssima do capitalismo na periferia.

Seja como for, ainda que o reconhecimento do impasse seja essencial para a sua superação – se é que a ideia de superação ainda tem lugar, o que não é certo –, ele é, no fim das contas, impasse, dificuldade. Razão pela qual, ao tentar se localizar nesse novo e desconcertante espaço, a experiência do eu lírico será, não raramente, de deslocamento e falta de lugar, como no poema “Cesta básica”, do mesmo livro:

Cesta básica

o calor que aumenta
sobre esse couro
e a cada verão faz-se
mais insuportável

no globo os incêndios
periódicos crescentes
queimam de hemisfério
a hemisfério

resseca-se agora o ar
nesse domingo
do descanso facultativo
para uma parcela

o proletariado segue
suas crises de lealdade
da bastilha
ao palácio de inverno

querendo pertencer
a alguma tribo
a alguma classe
vou ao cemitério

próximo ao túmulo
de bertolt brecht
faço um piquenique
de condimentos

e abro a cesta
que não enfeixei
trançando bambu
em bambu

estendo a toalha
feita desse algodão
que não plantei nem colhi
que não tricotei nem tingi

nela distribuo
para mim os víveres
os tomates que não

plantei nem colhi

como não afundei
na terra
que não adubei
os bulbos das cebolas

não amassei no braço
como minha mãe
nem fermentei
a massa do pão

não o cobri
com as cobertas puídas
para que crescesse
como um filho

não o assei
no gás mingunte
rezando
que não acabasse

não cozi a farinha
nem cosi a camisa
de ninguém
para ninguém

há anos não bebo
água com as mãos
em cuia
a honra da infância

que fiz
eu
por outro
vivo?

e o filhote de vira-lata
salvo em noite friíssima
da praça sem nome
diante da escola

em bebedouro
aquela cadela gorda
e leal

morreu há vinte anos
(DOMENECK, 2020, p. 64-66).

Se em “Luzia do Brasil” o sujeito se limitava a organizar o desvelamento, ou escavação, da visão apocalíptica de um Brasil-pesadelo, em “Cesta básica” ele está individualmente implicado no lugar de classe que ocupa em um mundo no qual a divisão do trabalho o aliena das coisas que consome. As estrofes se sucedem como imagens dotadas de autossuficiência, e qualquer efeito de acumulação tem por motor a interrupção entre uma e outra estrofe, forma que lembra uma montagem cinematográfica ou, mais contemporaneamente, a maneira como posts nas redes sociais se sucedem sem continuidade. Se há continuidade no tempo do sujeito, linha condutora do poema que vai ao cemitério e faz um piquenique, há descontinuidade entre o uso que ele faz das mercadorias e o seu processo de produção. A conhecida figura do poeta de classe média, não implicado na produção das mercadorias – lembremos o Drummond de “A flor e a náusea” (1988), “preso à minha classe e a algumas roupas” –, ganha nova força no poema, estupefato, ao lado do túmulo do poeta comunista Bertolt Brecht, ao constatar que nada fez “por outro vivo”. O cemitério, local onde o tempo está parado, é, com efeito, escolha feliz de cenário para o poema, que encena a imobilidade do sujeito na sua incapacidade de, para citar mais uma vez Drummond, enfrentar a “grande máquina” onipresente e sempre operante do capitalismo global, que não apenas aprofunda a divisão do trabalho e aliena os sujeitos uns dos outros e dos frutos da produção alheia, levando o proletariado às “crises de lealdade” em meio às quais a tarefa política encontra dificuldade, mas que também queima o planeta, “de hemisfério a hemisfério” com “incêndios periódicos crescentes”.

Novamente, o tempo é o eterno presente do capital, que incide sobre o sujeito alienando-o dos seus semelhantes, com seu sistema de produção, circulação e exploração, produzindo uma classe média lírica e desorientada para quem o proletariado é anônimo, e aparece apenas como vulto evanescente na força de trabalho cristalizada em mercadoria. No limite, em chave negativa, a confissão poética é, para o eu lírico, uma maneira de tentar resolver a irrelevância do seu lugar de classe diante do cenário de extrema dificuldade, no qual “resistir” parece ter perdido todo o sentido criativo e, ainda que seja tarefa não trivial, não responde mais às urgências do presente.

SOBRE O AUTOR

JOÃO GABRIEL MOSTAZO LOPES é pós-doutorando no Departamento de Teoria Literária da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e autor de *Poemas para morder a parede* (7Letras, 2020).
j.mostazolopes@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4552-9947>

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. A flor e a náusea. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988, p. 98.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Formação e desconstrução: uma viagem ao Museu da Ideologia Francesa*. São Paulo: Editora 34, 2021.
- ARANTES, Paulo Eduardo. Mesmo sem projeto, Lula terá sucesso se frear extrema direita, diz Paulo Arantes. Entrevista concedida a Eduardo Sombini. *Folha de S. Paulo*, Ilustríssima Conversa, 56^o12, 11 de março de 2023a.
- ARANTES, Paulo Eduardo. Forças do Brasil – As chances de Lula, com Paulo Arantes. Entrevista concedida à TV 247, Youtube, 15 de abril de 2023b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xc4sTJ-dXJus&t=329ts>. Acesso em: ago. 2023.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BRAGA, Ruy; QUERIDO, Fabio Mascaro. Apresentação: Chico de oliveira e as reviravoltas da crítica. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CANDIDO, Antonio. O socialismo é uma doutrina triunfante. Entrevista concedida a Joana Tavares. *Brasil de Fato*, edição 435, 8 de agosto de 2011.
- CATALANI, Felipe. Formação e desconstrução: uma visita ao Museu da Ideologia Francesa. Comentário sobre o livro recém-lançado de Paulo Arantes. *A terra é redonda*, 19/8/2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/formacao-e-desconstrucao-uma-visita-ao-museu-da-ideologia-francesa>. Acesso em: abr. 2023.
- CANETTIERI, Thiago. *A condição periférica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- CAUX, Luiz Philipe de; CATALANI, Felipe. A passagem do dois ao zero: dualidade e desintegração no pensamento dialético brasileiro (Paulo Arantes, leitor de Roberto Schwarz). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 74, 2019, p. 119-146. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/164933/158061>. Acesso em: abr. 2023.
- DOMENECK, Ricardo. *O morse desse corpo*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020.
- LOPES, João Gabriel Mostazo. Dificuldade da poesia: desafiando o modelo teórico de Alfredo Bosi. *Remate de Males*, 42, n. 2, jul.-dez. 2022, p. 455-477. <https://doi.org/10.20396/remate.v42i2.8670383>.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Ornitorrinco. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 121-150.
- OLIVEIRA, Francisco. Um crítico na periferia do capitalismo. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton (Org.). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 149-152.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- PUCHEU, Alberto. Prazer, esse sou ele (a autobiografia poética de André Luiz Pinto). *ALEA*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, set.-dez./2019, p. 131-148. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/TKB6jCF8m48LzR-cSDKngJtz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: abr. 2023.
- SCHWARZ, Roberto. *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. (1973). In: SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 59-83.
- SISCAR, Marcos. As desilusões da crítica de poesia. *Teresa*, Revista de Literatura Brasileira, São Paulo, 2010, p. 109-120. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/116853/114393>. Acesso em: abr. 2023.